

Câmara Legislativa do DF
Biblioteca

DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XVII Nº 198

Brasília, segunda-feira, 3 de novembro de 2008

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MESA DIRETORA

Presidente: Alirio Neto (PPS)
Vice-Presidente: Paulo Tadeu (PT)
1º Secretário: Wilson Lima (PRONA)
Suplente: Eurides Brito (PMDB)
2º Secretário: Brunelli (DEM)
Suplente: Leonardo Prudente (DEM)
3º Secretário: Dr. Charles (PTB)
Suplente: Jaqueline Roriz (PSDB)
Corregedor: Roberto Lucena (PMDB)
Ouvidor: Rogério Ulysses (PSB)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titulares	Suplentes
Presidente: Eurides Brito	Benício Tavares
Vice-Presidente: Chico Leite	Cabo Patrício
Pedro do Ovo	Bernaldo Pontes
Brunelli	Geraldo Naves
Milton Barbosa	Jaqueline Roriz

COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Titulares	Suplentes
Presidente-interino: Cristiano Araújo	Leonardo Prudente
Geraldo Naves	Dr. Charles
Bernaldo Pontes	Pedro do Ovo
Paulo Tadeu	Chico Leite
Roberto Lucena	Benício Tavares

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Titulares	Suplentes
Presidente: Milton Barbosa	Jaqueline Roriz
Vice-Presidente: Wilson Lima	Batista das Cooperativas
Raimundo Ribeiro	Bernaldo Pontes
Chico Leite	Paulo Tadeu
Raad Massouh	Brunelli

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Leite	Erika Kokay
Geraldo Naves	Brunelli
Raimundo Ribeiro	Rogério Ulysses
Roberto Lucena	Leonardo Prudente
Jaqueline Roriz	Cristiano Araújo

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Titulares	Suplentes
Presidente: Erika Kokay	Paulo Tadeu
Vice-Presidente: Rogério Ulysses	Raimundo Ribeiro
Brunelli	Leonardo Prudente
Dr. Charles	Milton Barbosa
Reguffe	

COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

Titulares	Suplentes
Presidente: Benício Tavares	Eurides Brito
Vice-Presidente: Batista das Cooperativas	Bispo Renato Andrade
Bernaldo Pontes	Pedro do Ovo
Cabo Patrício	Erika Kokay
Leonardo Prudente	Raad Massouh

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

Titulares	Suplentes
Vice-Presidente: Cristiano Araújo	Eurides Brito
Raad Massouh	Dr. Charles
Pedro do Ovo	Raimundo Ribeiro
Erika Kokay	Chico Leite
Bispo Renato	Batista das Cooperativas

COMISSÃO DE SEGURANÇA

Titulares	Suplentes
Presidente: Cabo Patrício	Erika Kokay
Vice-Presidente: Pedro do Ovo	Rogério Ulysses
Dr. Charles	Milton Barbosa
Bispo Renato Andrade	Wilson Lima
Reguffe	

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO

Titulares	Suplentes
Presidente: Batista das Cooperativas	Wilson Lima
Vice-Presidente: Eurides Brito	Roberto Lucena
Paulo Tadeu	Chico Leite
Leonardo Prudente	Raad Massouh
Jaqueline Roriz	Cristiano Araújo

Sumário

Decretos Legislativos	1
Comissões	2
Mesa Diretora	10
Diretoria de Recursos Humanos	11
Decisões TCDF	12
Comunicados	12
Licitações	14

Decretos Legislativos

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.562, DE 2008

(Autoria do Projeto: Deputada Eurides Brito)

Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Peter Colecott, Embaixador do Reino Unido no Brasil, e à Senhora Embaixatriz Judith Patrícia Pead.

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Peter Colecott, Embaixador do Reino Unido no Brasil, e à Senhora Embaixatriz Judith Patrícia Pead.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 31 de outubro de 2008

DEPUTADO ALÍRIO NETO
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.563, DE 2008

(Autoria do Projeto: Deputada Luzia de Paula)

Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Manoel Guimarães.

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Manoel Guimarães.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 31 de outubro de 2008

DEPUTADO ALÍRIO NETO
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.564, DE 2008

(Autoria do Projeto: Deputada Jaqueline Roriz)

Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Pároco João Ignácio Perius.

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Pároco João Ignácio Perius.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.
Brasília, 31 de outubro de 2008

DEPUTADO ALÍRIO NETO
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.565, DE 2008
(Autoria do Projeto: Deputado Brunelli)

Concede o título de Cidadã Honorária de Brasília à Senhora Maria Antonietta Propato Sandoval.

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadã Honorária de Brasília à Senhora Maria Antonietta Propato Sandoval.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.
Brasília, 31 de outubro de 2008

DEPUTADO ALÍRIO NETO
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.566, DE 2008
(Autoria do Projeto: Deputado Brunelli)

Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Pastor Sabino Cordeiro Dourado.

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Pastor Sabino Cordeiro Dourado.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.
Brasília, 31 de outubro de 2008

DEPUTADO ALÍRIO NETO
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.567, DE 2008
(Autoria do Projeto: Deputado Brunelli)

Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Wender Camico Costa, Oficial Militar do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Wender Camico Costa, Oficial Militar do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.
Brasília, 31 de outubro de 2008

DEPUTADO ALÍRIO NETO
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.568, DE 2008
(Autoria do Projeto: Deputado Brunelli)

Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Sérgio Augusto de Almeida Braga.

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Sérgio Augusto de Almeida Braga.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.
Brasília, 31 de outubro de 2008

DEPUTADO ALÍRIO NETO
Presidente

Comissões

DIRETORIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES

SACP - SETOR DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

PAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

- **PROJETO DE LEI nº 424/07**, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) ROGÉRIO ULYSSES, que assegura, aos doadores de sangue da Fundação Hemocentro de Brasília e da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, o ressarcimento do valor equivalente à passagem no sistema de transporte público de passageiros do Distrito Federal.

PAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 24/10/08

Último Dia: 07/11/08

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

- **PROJETO DE LEI nº 1045/08**, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) JAQUELINE RORIZ, que declara de utilidade pública a entidade Núcleo de Amparo dos Deficientes Físicos e Mães Solteiras de Ceilândia - NADEFIMS.

PAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 24/10/08

Último Dia: 07/11/08

- **PROJETO DE LEI nº 1046/08**, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) ROBERTO LUCENA, que institui o Dia Distrital da Mobilização Contra o Aquecimento Global e dá outras providências.

PAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 24/10/08

Último Dia: 07/11/08

- **PROJETO DE LEI nº 1053/08**, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) MILTON BARBOSA, que Altera a Lei nº 4.027, de 16 de outubro de 2007, que dispõe sobre a prioridade de atendimento às gestantes, às mães com crianças no colo, aos idosos com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos e aos portadores de deficiência física e dá outras providências.

PAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 03/11/08

Último Dia: 14/11/08

- **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 232/08**, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) BERINALDO PONTES, que concede o



DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica da Presidência

Coordenador: Randal Martins Junqueira

Editora Executiva: Francilaine Munhoz de Moraes - Reg. Prof. 2461/13/08 - MTb-DF

Diagramação e Arte Final

Seção de Editoração: 3348-8963

SAIN - Parque Rural - 70 086-900 - Brasília-DF

www.cl.df.gov.br

Título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor Antônio Justino da Silva.

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 21/10/08
Último Dia: 04/11/08

- **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 233/08**, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) BERINALDO PONTES, que *concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília a senhora Belanice Lopes da Vila.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 21/10/08
Último Dia: 04/11/08

- **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 234/08**, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) ROBERTO LUCENA, que *concede Título de Cidadã Honorária de Brasília a Senhora Sabá Cordeiro Macêdo.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 21/10/08
Último Dia: 04/11/08

- **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 235/08**, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) WILSON LIMA, que *concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília aos Senhores Paulo Dubois Sobrinho e Massao Kuriki integrantes da Liga Nacional de Judô – Brasil e da Liga de Judô do DF e Entorno e José Pereira Sobrinho, representante que sempre defendeu o Judô no Distrito Federal e no Brasil.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 21/10/08
Último Dia: 04/11/08

- **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 236/08**, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) RAAD MASSOUH, que *concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à Senhora Luiza Helena Werneck Vercillo.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 24/10/08
Último Dia: 07/11/08

- **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 239/08**, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) BRUNELLI, que *concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor José Luis Aboriham Gonçalves.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 31/10/08
Último Dia: 13/11/08

- **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 240/08**, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) BRUNELLI, que *concede o Título de Cidadão Benemérito ao Senhor Paulo César Montenegro de Ávila e Silva.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 31/10/08
Último Dia: 13/11/08

- **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 241/08**, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) RAAD MASSOUH, que *concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Wilmar Ferreira Peixoto.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 31/10/08
Último Dia: 13/11/08

- **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 242/08**, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) RAAD MASSOUH, que *concede o Título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Senhor Juruebi de Oliveira Júnior.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 31/10/08
Último Dia: 13/11/08

- **PROJETO DE RESOLUÇÃO nº 65/08**, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) CABO PATRÍCIO e outros, que *institui a prorrogação da licença à gestante para as deputadas distritais e servidoras da Câmara Legislativa do Distrito Federal.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 03/11/08
Último Dia: 14/11/08

COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

- **PROJETO DE LEI nº 1040/08**, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) BRUNELLI, que *altera dispositivos da Lei nº 324/92, de 06 de outubro de 1992, que "Institui o Serviço de Bancas Jornais e Revistas e Áreas Anexas no Distrito Federal e dá outras providências."*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 21/10/08
Último Dia: 04/11/08

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

- **PROJETO DE LEI nº 1047/08**, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) ERIKA KOKAY, que *assegura, às pessoas acometidas de epilepsia, gratuidade nos serviços públicos de transporte coletivo do Distrito Federal e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 24/10/08
Último Dia: 07/11/08

- **PROJETO DE LEI nº 1054/08**, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) RAIMUNDO RIBEIRO, que *dispõe sobre os critérios para a adoção de material pelos estabelecimentos de ensino da rede privada e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 03/11/08
Último Dia: 14/11/08

MESA DIRETORA

- **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 243/08**, de autoria do(a) Sr(a). Deputado(a) REGUFFE, que *altera o Decreto nº 996, de 2002 que dispõe sobre o sistema de remuneração dos Deputados Distritais e dá outras providências.*

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 03/11/08
Último Dia: 14/11/08

NOTA De acordo com o Art. 147, do RI/CLDF, o prazo para apresentação de emendas junto às Comissões é de dez dias úteis.

COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS**CONVITE**

Excelentíssimos Senhores Deputados,

De ordem do presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Cristiano Araújo, convido os senhores Deputados para a **Audiência Pública** de apresentação da **Lei Orçamentária Anual - LOA/09**, pelo Senhor Secretário de Estado de Planejamento e Gestão, a realizar-se no **dia 04 de novembro, terça-feira, às 19:00 horas, no Plenário.**

Brasília, 31 de outubro de 2008.

Vinícius Quintas de Sousa
Secretário - Substituto

COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

NOTA TÉCNICA Nº 22/2008

ANÁLISE GERAL DO PLOA/2009
(PL 989/2008)

Principais aspectos, parâmetros fiscais e resumo das despesas do Projeto de Lei Orçamentária para 2009 – Projeto de Lei Nº 989, de 2008 – Mensagem Nº 298/2008.

Dep. CRISTIANO ARAÚJO
Presidente da Comissão

Consultores Técnicos Legislativos - Economistas

- ✓ Cláudio T. de Souza
- ✓ Glauco L. S. Azevedo
- ✓ Tânia Paula Sant'Ana

ANÁLISE GERAL DO PLOA/2009

Principais aspectos, parâmetros fiscais e resumo das despesas do Projeto de Lei Orçamentária para 2009 – Projeto de Lei Nº 989, de 2008 – Mensagem Nº 298/2008.

1. VISÃO GERAL

O valor total da proposta orçamentária para 2009 é de R\$ 12,9 bilhões – montante 21,9% superior ao programado para 2008 –, dos quais R\$ 868,4 milhões referem-se ao orçamento de investimento das empresas estatais e R\$ 12,0 bilhões, ao orçamento fiscal e da seguridade social. A proposta orçamentária do Governo do Distrito Federal podemos somar, ainda, R\$ 7,84 bilhões previstos para o Fundo Constitucional do Distrito Federal no Projeto de Lei Orçamentária Anual da União. Assim, a proposta orçamentária total (GDF+FCDF) é de R\$ 20,7 bilhões para o Distrito Federal em 2009. O acréscimo representa um incremento de 21,2% em relação à LOA/2008.

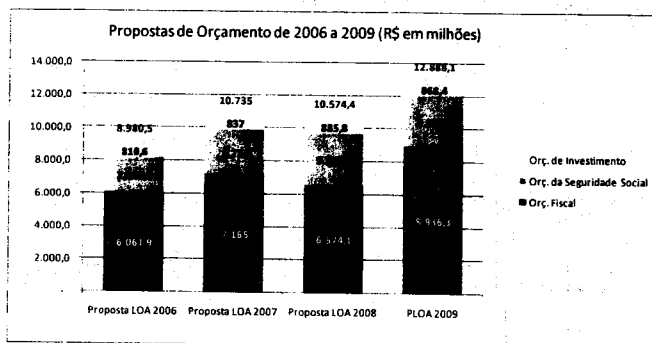
O consolidado da proposta e a composição básica do orçamento do Distrito Federal são apresentados na tabela abaixo.

TABELA 1.1 - SÍNTESE DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2009, EM COMPARAÇÃO COM O ORÇAMENTO DE 2008

CONSOLIDADO DO ORÇAMENTO (comparação PLOA 2008 X PLOA 2009)					
Especificação	LOA 2008		Proposta LOA 2009		Variação %
	Valor	% do total	Valor	% do total	
Orçamento Fiscal	5.542.000.509	38,2	8.936.335.954	43,1	2.394.335.445 36,6
Orçamento da Seguridade Social	3.146.659.548	18,4	3.083.342.379	14,9	-63.317.169 -2,0
Subtotal Orç. Fiscal e da Seg. Social	9.688.660.057	56,6	12.019.678.333	58,0	2.331.018.276 24,1
Orçamento de Investimento	885.752.600	5,2	868.416.098	4,2	-17.336.502 -2,0
Subtotal Orç. Apenas do GDF	10.574.412.657	61,8	12.888.094.431	62,2	2.313.681.774 21,9
Fundo Constitucional do DF (*)	6.536.712.831	38,2	7.842.908.082	37,6	1.306.195.251 20,0
TOTAL	17.111.125.488	100,0	20.731.002.513	100,0	3.619.877.025 21,2

Em relação ao orçamento aprovado em 2008 (sem FCDF), o projeto apresenta um aumento de 22% do Orçamento do Distrito Federal, retomando a tendência de aumento observada entre 2006 e 2007 (interrompida em 2008), conforme ilustrado no gráfico a seguir. Essa variação embute um aumento de 37% do orçamento fiscal e queda de 2% nos orçamentos de seguridade social e de investimento das estatais.

TABELA 1.2 – EVOLUÇÃO DAS PROGRAMAÇÕES POR ESFERA – 2006 A 2009



2. ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL: PRINCIPAIS ITENS

Os principais componentes da receita e da despesa que compõem os orçamentos fiscal e da seguridade social e seu impacto nos resultados primários e nominais constam das tabelas a seguir.

2.1. Receita

As receitas tributárias compõem 66% da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade nominal, proporção inferior a 2008 em dois pontos percentuais. Destas, 56% advêm do ICMS, 18%, do Imposto de Renda Retido na Fonte e 9% do ISS. O IPTU e o IPVA têm pouco peso na arrecadação, representando, respectivamente, 5 e 7% da receita tributária total.

TABELA 2.1.1 - RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
(comparação PLOA 2008 X PLOA 2009)

Especificação	Prop. LOA 2008	Prop. LOA 2009	2008 X 2009	
	Valor	Valor	Diferença	Variação %
1 - RECEITAS CORRENTES	9.161.084.522	10.936.692.529	1.775.608.007	19%
* RECEITA TRIBUTÁRIA (ver detalhamento no quadro abaixo)	6.594.475.434	7.900.762.053	1.306.286.619	20%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	847.245.025	1.027.968.611	180.723.586	21%
RECEITA PATRIMONIAL	112.940.836	107.259.321	-5.681.515	-5%
RECEITA INDUSTRIAL	109.000	36.125	-73.875	-68%
RECEITA DE SERVIÇOS	178.711.490	237.495.534	58.784.044	33%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.009.935.990	1.128.304.972	118.368.982	12%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	417.546.747	334.896.913	-117.220.166	-28%
2 - RECEITAS DE CAPITAL	527.695.638	1.082.895.804	555.199.166	105%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	238.324.451	399.483.000	161.158.549	68%
ALIENAÇÃO DE BENS	2.217.000	2.300.000	83.000	4%
AMORTIZAÇÕES	25.709.632	22.876.000	-2.833.632	-11%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	291.344.452	658.322.804	366.978.352	126%
TOTAL	9.688.660.057	12.019.678.333	2.331.018.276	24%

Merece destaque a previsão de crescimento da arrecadação do IPVA, que deve aumentar em R\$156,3 milhões (+37% frente ao exercício anterior), e do ITBI, cuja receita deve experimentar incremento de 84% em relação a 2008, R\$ 90,3 milhões superior.

TABELA 2.1.2 - DETALHAMENTO DA RECEITA TRIBUTÁRIA
(comparação PLOA 2009 X LOA 2008)

Especificação	LOA 2008	Proposta LOA 2009	2008 X 2009	
	Valor	Valor	Diferença	Variação %
RECEITA TRIBUTÁRIA				
ICMS	3.771.472	4.385.960	614.488	16,3
ISS	656.392	702.206	45.814	6,7
IR	1.152.367	1.393.710	241.344	20,9
IPTU	332.751	390.554	57.803	17,4
IPVA	419.149	575.406	156.257	37,3
ITBI	107.958	198.246	90.288	83,6
SIMPLES	80.781	106.536	25.755	31,9
ITCD	19.942	26.982	7.040	35,3
TAXAS	110.194	121.160	10.966	10,0
SUBTOTAL	6.653.006	7.900.762	1.247.756	18,8
DEDUÇÃO DA REC. DE IMPOSTOS	-58.531	0	58.531	(100,0)
TOTAL	6.594.475	7.900.762	1.306.287	19,8

A receita de capital dobrou. O aumento foi de R\$555,4 milhões, sendo R\$161,2 milhões de crescimento (+68%) na receita de Operações de Crédito e de R\$ 397,0 milhões (+152%) em Transferências de Capital. No primeiro caso, Operações de Crédito Internas Relativas a Programas de Governo respondeu por R\$ 165,8 milhões, sendo parcialmente compensada por uma redução em Operações de Crédito Externas Contratuais Relativas ao Programa Brasília Sustentável (-R\$47,8 milhões). Quanto a Transferências de Capital duas rubricas foram responsáveis por 92% da variação entre LOA/08 e PLOA/09: a) Outras Transferências de Convênios entre Órgãos do DF (+R\$264,0 milhões); b) Demais Transferências de Convênios da União (+R\$61,8 milhões); e c) Transferências da União para Programas de Segurança Pública (+R\$37,8 milhões). As principais rubricas responsáveis pelo crescimento podem ser vistas na tabela a abaixo.

TABELA 2.1.3

DETALHAMENTO DA RECEITA DE CAPITAL DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
(comparação PLOA 2008 X LOA 2009)

Especificação	Prop. LOA 2008 Valor	Prop. LOA 2009 Valor	2008 X 2009 Diferença	2008 X 2009 Variação %
2. RECEITAS DE CAPITAL	238.324.481	399.483.000	161.158.548	68%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	238.324.481	399.483.000	161.158.548	68%
Oper. Créd. Internas Contratuais Relativas a Progr. de Governo	0	165.750.535	165.750.535	0%
Oper. Créd. Internas Contratuais Relativas a Progr. de Sanamento	55.722.000	0	-55.722.000	-100%
Oper. Créd. Externas Contratuais Relativas a Progr. de Sanamento	124.369.465	66.040.014	-58.329.451	-47%
Oper. Créd. Externas Contratuais Relativas a Progr. de Transporte	77.788.000	51.000.000	-26.788.000	-34%
Oper. Créd. Externas Contratuais Relativas a Progr. Prática Sustentável	66.465.000	19.696.000	-46.769.000	-70%
Outros	0	17.667.000	17.667.000	0%
ALIENAÇÃO DE BENS	2.217.000	2.300.000	83.000	4%
AMORTIZAÇÕES	22.709.632	22.876.000	166.368	0%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	251.344.462	558.378.804	307.034.342	122%
Transf. da União - Progr. Sanamento Básico	0	14.081.000	14.081.000	0%
Transf. da União - Progr. Infra-estrutura em Transporte	13.069.569	27.500.000	14.430.431	110%
Transf. da União - Progr. Saúde	0	2.299.604	2.299.604	0%
Transf. da União - Progr. Segurança Pública	5.152.000	42.996.000	37.844.000	735%
Transf. da União - Destinat. Transf. de Convênios	36.344.321	98.146.564	61.802.243	170%
Transf. Convênios entre Órgãos do DF - Outras Transf.	202.046.329	484.600.000	282.553.671	140%
Outras	5.100.143	3.701.640	-1.398.503	-27%
TOTAL	527.596.534	1.082.658.804	555.062.269	105%

2.2. Despesa

As despesas totais aumentam em 24% (+R\$ 2,3 bilhões) na proposta de Lei Orçamentária 2009, em comparação com o valor aprovado no orçamento de 2008. Esse aumento se concentra nas despesas de capital (+R\$ 630,7 milhões), dentre as quais os investimentos apresentam aumento de 36% (+R\$ 469,6 milhões) com relação a 2008 e as inversões financeiras, 221% (R\$ 146,4 milhões).

A maior parte das variações concentram-se nas Secretarias de Educação, Saúde, Obras e Planejamento e Gestão. No orçamento das duas primeiras incluem-se fontes de recursos de repasses federais, que demonstraram aumento médio de 12%.

TABELA 2.2.1

DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA
(comparação PLOA 2009 X LOA 2008)

Especificação	LOA 2008 Valor	% do total	Proposta LOA 2009 Valor	% do total	2008 X 2009 Diferença	2008 X 2009 Variação %
Despesas Correntes	8.119.041.658	83,8	9.594.965.274	79,8	1.475.923.616	18,2
Pessoal e Encargos Sociais	5.110.129.008	52,7	5.861.833.337	48,8	751.704.329	14,7
Juros e Encargos da Dívida	145.380.000	1,5	157.731.318	1,3	12.351.318	8,5
Outras Despesas Correntes	2.863.532.650	29,6	3.575.400.619	29,7	711.867.969	24,9
Despesas de Capital	1.479.120.852	15,3	2.109.774.996	17,6	630.654.144	42,6
Investimentos	1.293.291.836	13,3	1.762.847.610	14,7	469.555.774	36,3
Inversões Financeiras	66.374.016	0,7	212.790.121	1,8	146.416.105	220,5
Amortização da Dívida	119.455.000	1,2	134.137.265	1,1	14.682.265	12,3
Reserva de Contingência	90.497.547	0,9	314.938.063	2,6	224.440.516	248,0
Total	9.598.162.510	100,0	12.019.678.333	100,0	2.421.515.823	25,2

Note-se que, diante dos dados apresentados na tabela 2.2.2, observa-se a predominância da Sec. de Estado de Educação - SEE, Sec. de Planejamento e Gestão - SEPLAG e Sec. de Estado de Obras - SEO como maiores destinatárias do incremento de despesas do GDF previsto para 2009. Desta forma, a expansão dos gastos programados para estes órgãos, equivalente a 109,6% da variação dos desembolsos totais no orçamento do Distrito Federal para o próximo ano, é produzida por um decréscimo correspondente em outras unidades orçamentárias, caso como o que é previsto para a Secretaria de Estado de Saúde (R\$ -190,7 milhões frente à LOA/08).

TABELA 2.2.2 -

DESPESA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
(comparação PLOA 2009 X LOA 2008)

ÓRGÃO	LOA 2008 Valor	% do total	PLOA 2009 Valor	% do total	2008 X 2009 Diferença	2008 X 2009 Variação %
CÂMARA LEGISLATIVA	283.136.871	2,9	288.131.111	2,4	4.994.240	1,7
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	118.418.149	1,2	120.000.000	1,0	1.581.851	1,3
CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	5.500.000	0,0	3.400.000	0,0	-2.100.000	-38%
GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL	637.954.798	6,6	490.320.429	4,1	-147.634.369	-23%
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO	55.841.174	0,6	57.145.857	0,5	1.304.683	2%
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL	159.185.519	1,6	171.445.023	1,4	12.259.504	8%
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE	177.292.868	1,8	181.382.149	1,5	4.089.281	2%
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	611.136.458	6,4	363.869.551	3,0	-247.266.907	-40%
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNITÁRIO	1.536.596.150	15,8	2.480.183.373	20,6	943.587.223	61%
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE	983.171.062	10,3	822.448.481	6,8	-160.722.581	-16%
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	83.891.535	0,9	77.058.000	0,6	-6.833.535	-8%
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS	516.410.513	5,4	1.227.554.876	10,2	711.144.363	138%
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE	118.108.156	1,2	440.548.742	3,7	322.440.586	273%
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA	244.181.764	2,5	335.808.383	2,8	91.626.619	37%
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO	610.889.872	6,4	686.750.200	5,7	75.860.328	12%
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES	871.529.585	9,1	524.478.585	4,4	-347.051.000	-39%
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE	871.529.585	9,1	524.478.585	4,4	-347.051.000	-39%
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	75.429.111	0,8	61.204.000	0,5	-14.225.111	-19%
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	59.970.388	0,6	26.613.254	0,2	-33.357.134	-56%
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	713.053.181	7,4	212.382.866	1,8	-500.670.315	-70%
SEC. DE ESTADO DE JUSTIÇA, ORÇAMENTOS E FINANÇAS	29.055.520	0,3	35.312.000	0,3	6.256.480	21%
CORREGEDORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL	750.230	0,0	29.345.211	0,2	28.594.981	3.812%
SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO	90.497.547	0,9	314.938.063	2,6	224.440.516	248%
SECRETARIA DE ESTADO DE EXTRAORÇAMENTÁRIA E RELAÇÕES	0	0,0	12.019.678.333	100,0	12.019.678.333	100%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	9.598.162.510	100,0	12.019.678.333	100,0	2.421.515.823	25,2

O gráfico 2.2.1 abaixo demonstra a evolução das dotações orçamentárias para os quatro órgãos entre a LOA/08 e a PLOA/09. Destacam-se o incremento de 64,6% para a SEE, oriundo da expansão dos gastos com administração de pessoal (+R\$891,2 milhões), bem como o aumento de 199% da dotação destinada à SEPLAG, que passou a concentrar os gastos previdenciários das demais unidades orçamentárias (R\$903,6 milhões). Ademais, verifica-se aumento de 50% (+R\$411,2 milhões) nas despesas programadas para a Secretaria de Estado de Obras, dedicado aos maiores compromissos com as seguintes ações: a) Execução de Obras de Urbanização (+R\$122,0 milhões); b) Revitalização da Torre de TV (+R\$88,0 milhões); c) Implantação de Vias e Obras de

Urbanização (+R\$67,9 milhões); e d) Criação do Setor Habitacional Noroeste (+R\$39,8 milhões).

Quanto as Secretarias de Saúde, Segurança Pública, e Ciência e Tecnologia, destacam-se a redução da administração de pessoal (-R\$350,9 milhões) para a primeira, aumento na mesma rubrica (+R\$ 21,0 milhões) para a segunda e aumento de R\$53,4 milhões na atividade de fomento da última. A Reserva de Contingência teve um aumento de R\$ 244,4 milhões. Mas isso se deve ao fato da LOA ser aprovada 1% da Receita Corrente Líquida - RCL, enquanto que a PLOA/09 vem, necessariamente, com 3% da RCL na proposta do Poder Executivo, por fora da LDO.

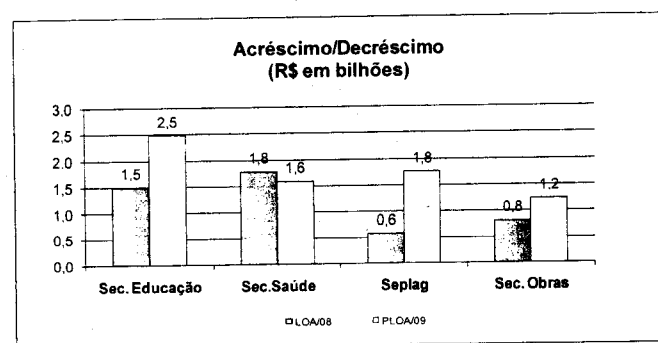
TABELA 2.2.3

DESPESA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
(comparação PLOA 2009 X LOA 2008)

ÓRGÃO	LOA 2008 Valor	% do total	PLOA 2009 Valor	% do total	2008 X 2009 Diferença	2008 X 2009 Variação %
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	1.508.596.150	15,8	2.480.183.373	20,6	971.587.223	64,6
Ação 8502 - Administração de Pessoal	1.033.718.271	15,3	1.024.516.200	16,0	-9.202.071	-0,9%
Ação 2387 - Concentração de R\$ 1.000.000 para as Fincas do DF	75.511.260	0,1	70.322.000	0,6	-5.189.260	-6,9%
Outras da Sec. de Educação	400.366.619	4,3	485.345.173	4,0	84.978.554	21,2%
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS	516.410.513	5,4	1.227.554.876	10,2	711.144.363	138,2
Ação 3036 - Revitalização da Torre de TV - Projeto Cordeiro	36.344.321	0,1	98.146.564	0,8	61.802.243	170%
Ação 1110 - Execução de Obras de Urbanização	75.511.260	0,1	70.322.000	0,6	-5.189.260	-6,9%
Ação 1101 - Implantação de Vias e Obras Complementares de Urbanização	254.964	0,0	48.044.000	0,4	47.789.036	18.750%
Ação 3010 - Criação do Setor Habitacional Noroeste	39.787.536	0,0	39.787.536	0,3	0	0%
Outras da Sec. de Obras	560.006.272	5,8	653.867.382	5,4	93.861.110	16,7%
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE	1.783.036.359	18,4	1.592.348.742	13,2	-190.687.617	-10,7
Ação 8502 - Administração de Pessoal	880.770.658	13,1	524.478.585	4,4	-356.292.073	-40%
Ação 2145 - Manutenção de Contratos de Prestação de Serv. Administrativos	91.013.647	0,5	304.130.000	2,5	213.116.353	234%
Outras da Sec. de Saúde	811.252.054	4,6	763.740.157	6,3	-47.511.897	-5,9%
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA	244.181.764	2,5	335.808.383	2,8	91.626.619	37,5
Ação 8502 - Administração de Pessoal	26.351.378	1,0	117.164.800	1,0	90.813.422	343%
Ação 8517 - Manutenção de Serv. Gerais e Administrativos	17.981.981	0,7	17.981.981	0,6	0	0%
Outras da Sec. de Segurança Pública	185.258.405	7,6	200.661.502	1,7	15.403.097	8,3%
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	597.109.782	6,1	1.786.828.828	14,8	1.189.719.046	199,2
Ação 8502 - Administração de Pessoal	511.131.889	8,5	1.026.583.881	8,5	515.451.992	100%
Ação 3765 - Realização de Convênios Públicos	25.939.475	0,4	137.158.565	1,1	111.219.090	429%
Outras da Sec. de Planejamento e Gestão	400.038.397	4,2	623.086.482	5,2	223.048.085	55,8%
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	59.970.388	0,6	138.619.354	1,1	78.648.966	131,3
Ação 8502 - Administração de Pessoal	31.181.983	0,5	31.181.983	0,2	0	0%
Ação 8503 - Execução de Atividades de Fomento	11.370.000	0,2	11.370.000	0,1	0	0%
Ação 3000 - Programa de Pesquisas em Políticas Públicas	17.787.585	0,3	59.777.369	0,5	41.989.784	236%
Outras da Sec. de Ciência e Tecnologia	0	0,0	0	0,0	0	0%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	90.497.547	0,9	314.938.063	2,6	224.440.516	248,0
OUTROS	4.500.878.107	46,6	4.115.314.917	34,2	-385.563.190	-8,6
TOTAL	9.598.162.510	100,0	12.019.678.333	100,0	2.421.515.823	25,2

* Na LOA-08 os Encargos Previdenciários eram distribuídos pelas Secretarias. No PLOA-09 ficou concentrado na Sec. de Planej. e Gest.

GRÁFICO 2.2.1 - VARIAÇÃO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO



2.2.1 Despesa de Pessoal para Efeitos de LRF

As Despesas de Pessoal para efeitos de apuração do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF encontram-se na tabela abaixo. Houve um aumento de R\$505,2 milhões, sendo R\$457,0 milhões do Poder Executivo.

TABELA 2.2.1

DESPESA DE PESSOAL PARA EFEITOS DE LRF
(comparação PLOA 2009 X LOA 2008)

Especificação	LOA 2008 Valor	Proposta LOA 2009 Valor	2008 X 2009 Diferença	2008 X 2009 Variação %
Poder Executivo	3.863.733.089	4.320.708.920	456.975.831	11,8
Poder Legislativo	266.236.312	314.471.760	48.235.448	18,1
Total	4.129.969.401	4.635.180.680	505.211.279	12,2
RCL	8.829.652.678	10.497.935.418	1.668.282.740	18,9
Poder Executivo / RCL	43,76%	41,16%	-2,60 p.p.	
Poder Legislativo / RCL	3,02%	3,00%	-0,02 p.p.	

Em relação ao percentual da RCL, o Poder Executivo teve uma redução para 41,2% (- 2,6 p.p.) enquanto o Legislativo praticamente se manteve.

O resultado primário é representado pela diferença entre as receitas e despesas não financeiras. Receitas não financeiras são as receitas tributárias, as transferências da União, outras receitas não oriundas de aplicação financeira, alienação de bens, operações de crédito ou amortização de empréstimos. Já as despesas não financeiras são aquelas que excluem as despesas com juros, encargos e amortizações da dívida ou empréstimos.

Se positivo, o resultado primário indica superávit e, se negativo, déficit governamental. Déficits necessitam ser financiados através de endividamento público; superávits são fontes de recursos para a redução do montante da dívida do governo. Assim, o resultado primário está intimamente ligado à dívida pública.

O Governo do Distrito Federal optou por definir como resultado primário até o exercício de 2011 o valor ZERO. Isto significa que as despesas (não financeiras) propostas pelo PLOA se igualam às receitas (não financeiras) previstas. Apesar da inerente incerteza da previsão de arrecadação e, portanto, das receitas não financeiras, o resultado primário nulo é possível graças ao baixo nível de endividamento atual do GDF.

4. FUNDO CONSTITUCIONAL DO DF

O Fundo Constitucional do Distrito Federal demonstra, este ano, uma alta acentuada devido à sua vinculação com a receita tributária da União. Sua proposta orçamentária, constante do projeto de lei orçamentária anual da União para 2009, totaliza R\$7,84 bilhões, um aumento de 20% com relação à Lei Orçamentária de 2008.

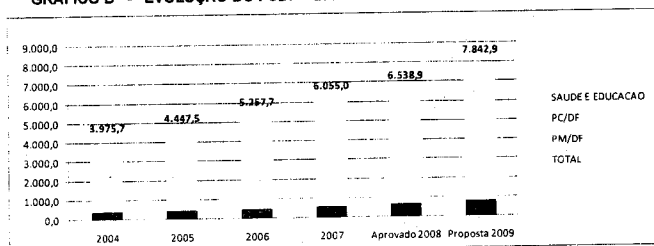
Assim como no exercício de 2008, dentre as corporações de segurança, o maior aumento foi para a Polícia Militar (30%). A ação "Assistência Financeira para a Saúde" apresentou um aumento de R\$987 milhões, ou 88%, enquanto a ação "Assistência Financeira para a Educação" teve sua dotação reduzida em R\$379 milhões, uma queda de 18%.

TABELA 4.1

Fundo Constitucional do Distrito Federal 2004 - 2009

	2004	2005	2006	2007	Aprovado 2008	Proposta 2009
CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL	346.026.664	391.697.368	461.907.133	531.814.417	613.348.280	775.710.048
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	800.854.917	900.625.404	1.111.987.782	1.255.502.235	1.391.390.981	1.807.384.581
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	780.233.095	849.097.886	969.589.378	1.178.084.251	1.330.331.867	1.447.392.834
SUBTOTAL	1.906.914.676	2.141.420.658	2.543.484.291	2.965.400.903	3.335.071.127	4.030.487.464
SAÚDE E EDUCAÇÃO	2.068.786.493	2.305.045.394	2.714.168.512	3.089.553.419	3.203.841.704	3.812.420.618
SAÚDE	nd	nd	nd	nd	1.126.709.740	2.114.280.890
EDUCAÇÃO	nd	nd	nd	nd	2.077.131.964	1.698.139.728
TOTAL	3.975.701.169	4.447.467.052	5.257.652.803	6.054.954.322	6.538.912.831	7.842.908.082

GRÁFICO B - EVOLUÇÃO DO FCDF - 2004-2009



Pela tabela acima, observa-se que no detalhamento dos valores do FCDF houve um aumento nos recursos para Saúde em detrimento dos recursos para a Educação, que foram reduzidos. Contudo, quando se faz a soma com os valores constantes do PLOA/09, nota-se que ambos subiram, conforme tabela abaixo.

TABELA 4.2 -

SAÚDE E EDUCAÇÃO: FCDF + PLOA
(comparação PLOA 2009 X LOA 2008)

Especificação	Valores em R\$ 1.000			
	LOA 2008	Proposta LOA 2009	Diferença	Variação %
SAÚDE	2.900.982.093	3.688.700.771	785.718.678	27,1
FCDF	1.126.709.740	2.114.280.890	987.570.950	87,7
PLOA/09 (Função 10-Saúde)	1.774.272.353	1.572.420.081	(201.852.272)	-11,4
EDUCAÇÃO	3.551.782.634	4.198.344.852	646.562.218	18,2
FCDF	2.077.131.964	1.698.139.728	(378.992.036)	-18,2
PLOA/09 (Função 12-Educação)	1.474.650.670	2.500.204.924	1.025.554.254	69,9
SAÚDE + EDUCAÇÃO	6.452.764.727	7.885.045.623	1.432.280.896	22,2
FCDF	3.203.841.704	3.812.420.618	608.578.914	19,0
PLOA/09 (Função 10-Saúde + 12-Educação)	3.248.923.023	4.072.625.005	823.701.982	25,4

5. LIMITES MÍNIMOS

5.1. Educação:

Objetivo: Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), especialmente o ensino fundamental e médio.

Base de Cálculo:

- Limite Mínimo de Aplicação em MDE: 25% da receita dos Impostos (ICMS, IPTU, IR, ITCD, ITBI, ISS e SIMPLES) e das Transferências relativas a impostos (ITR, FPE, FPM, IPI exportação e Lei Complementar 87/1996 - Lei Kandir).

- FUNDEB (Lei 11.494/2007): 20% da receita da cesta do FUNDEB: IPVA, ITCD, ICMS, Lei Complementar 87/1996 - Lei Kandir, FPE, FPM, IPI e ITR. No mínimo 60% desse valor deverá ser destinado à remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em exercício (professores e profissionais que exercem atividades de suporte pedagógico).

TABELA 5.1.1 - LIMITE MÍNIMO: MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

	MDE	FUNDEB	FUNDEB - Remuneração de magistério
Limite Mínimo	2.100.909.595	1.101.323.190	660.793.914
(%)	25% da Receita	20% da receita de uma cesta de impostos	60% do FUNDEB
Dotação LOA 2009 (%)	25,82%	20%	90,14%

Como pode ser visto na tabela acima, o valor proposto para a manutenção e desenvolvimento do ensino respeita os limites mínimos. Além disso, a proporção de recursos do FUNDEB destinada à remuneração de professores ultrapassa o limite mínimo, chegando a 90% da despesa financiada com aquele fundo.

TABELA 5.1.2 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO: FONTE DOS RECURSOS

EDUCAÇÃO NO DF - RECURSOS	
Despesa Orçada para Manutenção e Desenvolvimento da Educação, dos quais:	2.170.107.130
25% da receita que compõe a cesta do FUNDEB	1.376.653.987
25% das demais receitas	724.255.607
Aplicação voluntária do GDF	69.197.535
FCDF - Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Educação do Distrito Federal	1.698.139.928

5.2. Saúde

Objetivo: Aplicação nas ações e serviços públicos de saúde.

Base de Cálculo:

- Estadual (12%): 100% ITCMD, 75% ICMS, 50% IPVA, IR, 100% FPE, 75% IPI exportação, SIMPLES e 75% Lei Complementar 87/1996.
- Municipal (15%): 100% IPTU, 100% ITBI, 00% ISS, IR, 00% ITR, 50% IPVA, 5% ICMS, FPM, 25% IPI exportação e 25% Lei Complementar 87/1996.

TABELA 5.2.1 - LIMITE MÍNIMO:

Limite Mínimo (- 12% Base Estadual - 15% Base Municipal)	1.094.346.486
Dotação LOA 2009	1.094.602.200

6. PRINCIPAIS NÚMEROS

RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Especificação	Prop. LOA 2008	Prop. LOA 2009	2008 X 2009	
	Valor	Valor	Diferença	Variação %
RECEITAS CORRENTES	9.161.064.522	10.936.692.529	1.775.628.007	19%
Receita Tributária	6.594.475.434	7.900.762.053	1.306.286.619	20%
RECEITAS DE CAPITAL	527.595.535	1.082.985.804	555.390.269	105%
Operações de Crédito	238.324.451	399.483.000	161.158.549	68%
Transferência de Capital	289.271.084	683.502.804	394.231.720	136%
TOTAL	9.688.660.057	12.019.678.333	2.331.018.276	24%

DESPESA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Especificação	LOA 2008	Proposta LOA 2009	2008 X 2009	
	Valor	Valor	Diferença	Variação %
Despesas Correntes	8.119.041.658	9.594.965.274	1.475.923.616	18,2
Pessoal e Encargos Sociais	5.110.129.008	5.861.833.337	751.704.329	14,7
Despesas de Capital	1.479.120.852	2.109.774.966	630.654.114	42,6
Investimentos	1.293.291.838	1.762.847.610	469.555.771	36,3
Reserva de Contingência	90.497.547	314.938.063	224.440.516	248,0
Total	9.688.660.057	12.019.678.333	2.331.018.276	24,1

ORÇAMENTO TOTAL

Especificação	LOA 2008	Proposta LOA 2009	2008 X 2009	
	Valor	Valor	Diferença	Variação %
Orçamento Fiscal e da Seg. Social	9.688.660.057	12.019.678.333	2.331.018.276	24,1
Orçamento de Investimento	885.752.600	868.416.098	(17.336.502)	-2,0
Subtotal: Orc. Apenas do GDF	10.574.412.657	12.888.094.431	2.313.681.774	21,9
Fundo Constitucional do DF (*)	6.536.712.831	7.842.908.082	1.306.195.251	20,0
TOTAL	17.111.125.488	20.731.002.513	3.619.877.025	21,2

DESPESA DE PESSOAL PARA EFEITOS DA LRF

Especificação	LOA 2008	Proposta LOA 2009	2008 X 2009	
	Valor	Valor	Diferença	Variação %
Executivo	3.863.733.089	4.320.708.920	456.975.831	11,8
Legislativo	266.236.312	314.471.760	48.235.448	18,1
Total	4.129.969.401	4.635.180.680	505.211.279	12,2
RCL	8.829.652.678	10.497.935.418	1.668.282.740	18,9
Poder Executivo	43,76%	41,16%	-2,60 p.p.	
Poder Legislativo	3,02%	3,00%	-0,02 p.p.	

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS
(comparação PLOA 2009 X LOA 2008)

Especificação	LOA 2008	Proposta LOA 2009	Valores em R\$ 1,00	
	Valor	Valor	Diferença	Variação %
Centrais de Abastecimento do DF	458.000	971.000	513.000	112,0
Banco de Brasília S.A.	2.950.000	3.890.000	940.000	31,9
Companhia de Saneamento do DF	321.935.000	319.500.000	-2.435.000	-0,8
CAESB - Participações		208.000	208.000	0,0
CEB	175.764.800	228.923.813	53.159.013	30,2
Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS	580.000	923.485	343.485	59,2
Companhia Imobiliária de Brasília	384.065.000	314.000.000	-70.065.000	-18,2
TOTAL	885.752.600	868.416.098	-17.336.502	-2,0

COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

COMUNICADO

Excelentíssimos Senhores Deputados

De ordem do Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Cristiano Araújo, no uso de suas atribuições regimentais, comunico aos senhores membros desta Comissão, que a Reunião Ordinária prevista para 04 de novembro conforme calendário de reuniões da CEOF foi cancelada.

Brasília, 31 de outubro de 2008.

Vinícius Quintas de Sousa
Secretário - Substituto

**PAUTA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTO SOCIAIS, A
REALIZAR-SE EM 5 DE OUTUBRO DE 2008
(QUARTA - FEIRA) - ÀS 10 HORAS NA SALA DE REUNIÕES**

I - Comunicados

II - Ata

Leitura da Ata da 11ª Reunião Extraordinária da CAS, realizada no dia 15 de outubro de 2008.

III - Discussão e votação das proposições a seguir:

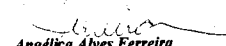
- Projetos de Lei
- Projetos de Decretos Legislativos

1.	Projeto de Lei nº 233/2003 Autoria: Deputado Peniel Pacheco Relatoria: Deputado Milton Barbosa (Avoca) INSTITUI O PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESPECIAL ÀS CRIANÇAS E ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL, NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL. Parecer: Pela aprovação do projeto.
2.	Projeto de Lei nº 2137/2005 Autoria: Deputado Wilson Lima Relatoria: Deputado Milton Barbosa (Avoca) DISPÕE SOBRE A COBRANÇA PELO USO DO SOLO PELO SISTEMA DE POSTEAMENTO DE REDE DE ENERGIA ELÉTRICA E DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Parecer: Pela rejeição do projeto.
3.	Projeto de Lei nº 53/2007 Autoria: Deputado Benício Tavares Relatoria: Deputado Milton Barbosa (Avoca) DISPÕE SOBRE A RESERVA DE 80% DOS RECURSOS DESTINADOS A PROJETOS CULTURAIS, FINANCIADOS PELO PODER PÚBLICO, PARA INCENTIVAR A PRODUÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS. Parecer: Pela aprovação do projeto.
4.	Projeto de Lei nº 120/2007 Autoria: Deputado Benício Tavares Relatoria: Deputado Milton Barbosa (Avoca) INSTITUI O PROJETO IDOSO - VIVA BEM A TERCEIRA IDADE COM ALIMENTAÇÃO, NO ÂMBITO DO DF. Parecer: Pela aprovação do projeto.
5.	Projeto de Lei nº 126/2007 Autoria: Deputado Benício Tavares Relatoria: Deputado Milton Barbosa (Avoca) DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA RESERVA DE LOCAIS APROPRIADOS PARA ACOMODAÇÕES DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA EM TEATROS, CINEMAS E LOCAIS DE EVENTOS CULTURAIS NO ÂMBITO DO DF. Parecer: Pela aprovação do projeto, nos termos da emenda modificativa.

6.	Projeto de Lei nº 311/2007 Autoria: Deputado Paulo Roriz Relatoria: Deputado Milton Barbosa (Avoca) INSTITUI O DIA DO GARI NO DISTRITO FEDERAL. Parecer: Pela aprovação do projeto.
7.	Projeto de Lei nº 486/2007 Autoria: Deputada Eurides Brito Relatoria: Deputado Milton Barbosa (Avoca) TORNA OBRIGATÓRIA A EXIBIÇÃO DE FILMES DUBLADOS NOS CINEMAS DO DISTRITO FEDERAL. Parecer: Pela aprovação do projeto.
8.	Projeto de Lei nº 496/2007 Autoria: Deputado Batista das Cooperativas Relatoria: Deputado Milton Barbosa (Avoca) INSTITUI O PROGRAMA ADOTE UMA CRECHE, ORFANATO OU ASILO, NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL. Parecer: Pela aprovação do projeto.
9.	Projeto de Lei nº 523/2007 Autoria: Deputado Bispo Renato Relatoria: Deputado Milton Barbosa (Avoca) DISPENSA A APRESENTAÇÃO DA CARTEIRA DA ORDEM DOS MÚSICOS DO BRASIL-OMB NA PARTICIPAÇÃO DE MÚSICOS EM SHOWS E ATIVIDADES AFINS QUE OCORRAM NO DISTRITO FEDERAL. Parecer: Pela aprovação do projeto.
10.	Projeto de Lei nº 784/2008 Autoria: Deputado Paulo Tadeu Relatoria: Deputado Milton Barbosa (Avoca) DECLARA O CENTRO CULTURAL DE BRASÍLIA COMO ENTIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA. Parecer: Pela aprovação do projeto.
11.	Projeto de Lei nº 923/2008 Autoria: Deputado Cristiano Araújo Relatoria: Deputado Milton Barbosa (Avoca) DECLARA O PRÉDIO DO CENTRO CULTURAL ITAPOÁ, SITUADO NA PRAÇA 01, CINE 01, DO SETOR LESTE DO GAMA, REGIÃO ADMINISTRATIVA II, PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO, AFETIVO E CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL. Parecer: Pela aprovação do projeto.
12.	Projeto de Lei nº 929/2008 Autoria: Deputado Eliana Pedrosa Relatoria: Deputado Milton Barbosa (Avoca) ACRESCENTA PARÁGRAFOS AO ART. 5º DA LEI Nº 2.424, DE 13 DE JULHO DE 1999, QUE DISPÕE SOBRE A CONSTRUÇÃO, O FUNCIONAMENTO, A UTILIZAÇÃO, A ADMINISTRAÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS NO DISTRITO FEDERAL. Parecer: Pela aprovação do projeto, nos termos da emenda modificativa.
13.	Projeto de Lei nº 777/2008 Autoria: Deputada Luzia de Paula Relatoria: Deputado Cabo patricio DISPÕE SOBRE O FORNECIMENTO, PELAS EMPRESAS PRIVADAS, DE CESTAS BÁSICAS DE ALIMENTOS AOS SEUS FUNCIONÁRIOS. Parecer: Pela rejeição do projeto.
14.	Projeto de Lei nº 821/2008 Autoria: Deputado Aylton Gomes Relatoria: Deputado Cabo patricio CRIA A NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DA VIOLÊNCIA CONTRA O IDOSO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Parecer: Pela rejeição do projeto.
15.	Projeto de Lei nº 323/2007 Autoria: Deputado Benício Tavares Relatoria: Deputado Raad Massouh CRIA O PROGRAMA DE APOIO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA BIBLIOTECA NACIONAL DE BRASÍLIA. Parecer: Pela aprovação do projeto.
16.	Projeto de Lei nº 733/2008 Autoria: Deputado Batista das Cooperativas Relatoria: Deputado Raimundo Ribeiro DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE DE DESTINAÇÃO DE APARTAMENTOS TÉRREOS PARA IDOSOS E PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS POPULARES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Parecer: Pela aprovação do projeto.
17.	Projeto de Lei nº 832/2008 Autoria: Deputado Batista das Cooperativas Relatoria: Deputado Raimundo Ribeiro DESTINA AS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA QUE ATENDAM OS REQUISITOS QUE ESPECÍFICA, VINTE POR CENTO DAS UNIDADES DE PROGRAMAS DE INTERESSE SOCIAL. Parecer: Pela aprovação do projeto, nos termos da emenda aditiva apresentada.
18.	Projeto de Lei nº 945/2008 Autoria: Deputado Alirio Neto Relatoria: Deputado Raimundo Ribeiro ASSEGURA A IMPLANTAÇÃO, NO ÂMBITO DO ATENDIMENTO PRESTADO A USUÁRIOS DO SERVIÇO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL, DE UM BALCÃO ESPECÍFICO PARA ATENDIMENTO PROFISSIONAL A ADVOGADOS, QUANDO EM EXERCÍCIO PROFISSIONAL. Parecer: Pela aprovação do projeto.
19.	Projeto de Lei nº 951/2008 Autoria: Deputada Eliana Pedrosa Relatoria: Deputado Raimundo Ribeiro FICA INCLUIDA NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO DISTRITO FEDERAL A PARADA DO ORGULHO LGBTs DAS CIDADES DO DISTRITO FEDERAL. Parecer: Pela aprovação do projeto.
20.	Projeto de Lei nº 972/2008 Autoria: Deputado Roberto Lucena Relatoria: Deputado Raimundo Ribeiro DISPÕE SOBRE A AFIXAÇÃO DE AVISO SOBRE O DIREITO DO IDOSO A TER ACOMPANHANTE NAS UNIDADES DE SAÚDE NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL. Parecer: Pela aprovação do projeto.
21.	Projeto de Lei nº 2208/2005 Autoria: Deputado Pedro nassos Relatoria: Deputado Wilson Lima DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO DESAFIO NORDESTINO DE CANTADORES, NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Parecer: Pela aprovação do projeto.

22.	Projeto de Lei nº 2213/2005 Autoria: Deputado Pedro Passos Relatoria: Deputado Wilson Lima INSTITUI O PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA RURAL NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Parecer: Pela aprovação do projeto.	38.	Projeto de Decreto Legislativo nº 160/2008 Autoria: Deputado Roney Nemer Relatoria: Deputado Milton Barbosa (Avoca) CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE BRASÍLIA AO PADRE RAIMUNDO NONATO SERAFIM. Parecer: Pela aprovação do projeto.
23.	Projeto de Lei nº 106/2007 (VOTO EM SEPARADO DO DEP. WILSON LIMA) Autoria: Deputado Pedro Passos Relatoria: Deputado Wilson Lima INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO DISTRITO DE FEDERAL O EVENTO CONHECIDO COMO REBANHÃO PARECER: Pela rejeição do projeto. VOTO EM SEPARADO. Pela aprovação do projeto, nos termos da emenda apresentada.	39.	Projeto de Decreto Legislativo nº 199/2008 Autoria: Deputada Jaqueline Roriz Relatoria: Deputado Cabo Patrício CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE BRASÍLIA AO PASTOR JB CARVALHO. Parecer: Pela aprovação do projeto.
24.	Projeto de Lei nº 250/2007 Autoria: Deputado Dr. Charles Relatoria: Deputado Wilson Lima DENOMINA AS PRAÇAS NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA - RA III QUE ESPECIFICA Parecer: Pela aprovação do projeto.	40.	Projeto de Decreto Legislativo nº 144/2008 Autoria: Deputado Roney Nemer Relatoria: Deputado Raad Massouh CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE BRASÍLIA AO PADRE SERGIO LUIZ PEREIRA SOUSA. Parecer: Pela aprovação do projeto.
25.	Projeto de Lei nº 318/2007 Autoria: Deputado Aylton Gomes Relatoria: Deputado Wilson Lima INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO DISTRITO FEDERAL O CONCURSO MISS DISTRITO FEDERAL. Parecer: Pela aprovação do projeto.	41.	Projeto de Decreto Legislativo nº 147/2008 Autoria: Deputada Roney Nemer Relatoria: Deputado Raad Massouh CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE BRASÍLIA AO PADRE JOSÉ AILTON TEODORO. Parecer: Pela aprovação do projeto.
26.	Projeto de Lei nº 350/2007 Autoria: Deputado Leonardo Prudente Relatoria: Deputado Wilson Lima INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL O DIA 22 DE MAIO COMO O DIA DISTRITAL DA BIODIVERSIDADE. Parecer: Pela aprovação do projeto.	42.	Projeto de Decreto Legislativo nº 150/2008 Autoria: Deputado Roney Nemer Relatoria: Deputado Raad Massouh CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE BRASÍLIA AO PADRE JOSÉ RAIMUNDO LAURINDO CARVALHO. Parecer: Pela aprovação do projeto.
27.	Projeto de Lei nº 643/2007 Autoria: Deputado Dr. Charles Relatoria: Deputado Wilson Lima INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO DISTRITO FEDERAL A FESTIVIDADE QUE ESPECIFICA. Parecer: Pela aprovação do projeto.	43.	Projeto de Decreto Legislativo nº 163/2008 Autoria: Deputado Roney Nemer Relatoria: Deputado Raad Massouh CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE BRASÍLIA AO MONSENHOR MARCONY VINICIUS FERREIRA. Parecer: Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado.
28.	Projeto de Lei nº 812/2008 Autoria: Deputado Dr. Charles Relatoria: Deputado Wilson Lima INSTITUI NO CALENDÁRIO COMEMORATIVO DO DISTRITO FEDERAL A DATA QUE ESPECIFICA. Parecer: Pela aprovação do projeto.	44.	Projeto de Decreto Legislativo nº 166/2008 Autoria: Deputado Roney Nemer Relatoria: Deputado Raad Massouh CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE BRASÍLIA AO PADRE RODRIGO DALAROSA AMARAL. Parecer: Pela aprovação do projeto.
29.	Projeto de Lei nº 870/2008 Autoria: Deputado Brunelli Relatoria: Deputado Wilson Lima FICA INCLUÍDO NO CALENDÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL O EVENTO QUE ESPECIFICA Parecer: Pela aprovação do projeto.	45.	Projeto de Decreto Legislativo nº 218/2008 Autoria: Deputado Roberto Lucena Relatoria: Deputado Raad Massouh CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE BRASÍLIA AO SENHOR GERALDO MARTINS FERREIRA. Parecer: Pela aprovação do projeto.
30.	Projeto de Lei nº 910/2008 Autoria: Deputada Eliana Pedrosa Relatoria: Deputado Wilson Lima INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL A SEMANA DO JOVEM EMPREENDEDOR. Parecer: Pela aprovação do projeto.	46.	Projeto de Decreto Legislativo nº 220/2008 Autoria: Deputado Alirio Neto Relatoria: Deputado Raad Massouh CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO AO SENHOR BARTOLOMEU VIEIRA DAS CHAGAS. Parecer: Pela aprovação do projeto.
31.	Projeto de Lei nº 914/2008 Autoria: Deputada Eliana Pedrosa Relatoria: Deputado Wilson Lima DISPÕE SOBRE A RESERVA DE VAGAS DE ESTÁGIO PARA OS BENEFICIÁRIOS DOS PROGRAMAS SOCIAIS NOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. Parecer: Pela aprovação do projeto.	47.	Projeto de Decreto Legislativo nº 221/2008 Autoria: Deputada Jaqueline Roriz Relatoria: Deputado Raimundo Ribeiro CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE BRASÍLIA AO SENHOR JAIME CÂMARA JÚNIOR. Parecer: Pela aprovação do projeto.
32.	Projeto de Lei nº 915/2008 Autoria: Deputada Eliana Pedrosa Relatoria: Deputado Wilson Lima DISPÕE SOBRE O CADASTRO DE MENINOS E MENINAS DE RUA NO DISTRITO FEDERAL. Parecer: Pela aprovação do projeto.	48.	Projeto de Decreto Legislativo nº 179/2008 Autoria: Deputada Luzia de Paula Relatoria: Deputado Wilson Lima CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃ HONORÁRIA DE BRASÍLIA À SENHORA EDILANE PESSOA DE OLIVEIRA. Parecer: Pela aprovação do projeto.
33.	Projeto de Lei nº 977/2008 Autoria: Deputado Brunelli Relatoria: Deputado Wilson Lima FICA INCLUÍDO NO CALENDÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL O EVENTO A GRANDE FESTA DOS PAIS. Parecer: Pela aprovação do projeto.	49.	Projeto de Decreto Legislativo nº 216/2008 Autoria: Deputada Eurides Brito Relatoria: Deputado Wilson Lima CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃ HONORÁRIA DE BRASÍLIA À FLAUTISTA MADALENA RIBEIRO SALLES. Parecer: Pela aprovação do projeto.
34.	Projeto de Lei nº 1017/2008 Autoria: Deputado Brunelli Relatoria: Deputado Wilson Lima FICA DENOMINADA PRAÇA PETRONÍLIA SILVA LIMA, O LOGRADOURO PÚBLICO QUE ESPECIFICA. Parecer: Pela aprovação do projeto.	50.	Projeto de Decreto Legislativo nº 217/2008 Autoria: Deputado Rogério Ulysses Relatoria: Deputado Wilson Lima CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE BRASÍLIA AO DOUTOR FRANCISCO PINHEIRO ROCHA. Parecer: Pela aprovação do projeto.
35.	Projeto de Lei nº 1022/2008 Autoria: Deputada Jaqueline Roriz Relatoria: Deputado Wilson Lima DISPÕE SOBRE A INSERÇÃO DA EXPRESSÃO ÁLCOOL E DIREÇÃO NÃO COMBINAN, VÁ DE TÁXI, INCLUINDO NO MÍNIMO TRÊS NOMES COM TELEFONES DE COOPERATIVAS DE TÁXIS, NOS CARDÁPIOS E PANFLETOS DE PROPAGANDAS DE BARES, RESTAURANTES, LANCHONETES, CASAS NOTURNAS E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES, NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL. Parecer: Pela aprovação do projeto.		
36.	Projeto de Decreto Legislativo nº 158/2008 Autoria: Deputado Roney Nemer Relatoria: Deputado Milton Barbosa (Avoca) CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE BRASÍLIA AO PADRE ANTONIO CARLOS DE ARAUJO Parecer: Pela aprovação do projeto.		
37.	Projeto de Decreto Legislativo nº 159/2008 Autoria: Deputado Roney Nemer Relatoria: Deputado Milton Barbosa (Avoca) CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE BRASÍLIA AO PADRE JORGE ELDO LIRA ANDRADE. Parecer: Pela aprovação do projeto.		

Brasília, 31 de outubro de 2008


 Angélica Alves Ferreira
 Secretária da CAS

CONVOCAÇÃO

O Presidente da Comissão de Assuntos Sociais - CAS, Deputado **MILTON BARBOSA**, no uso de suas atribuições regimentais, nos termos do Artigo 78 do Regimento Interno, tem a honra de convocar os senhores Deputados membros desta Comissão, para a 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA a realizar-se no dia 5 de NOVEMBRO de 2008, quarta-feira, às 10h, na Sala de Reuniões.

Na impossibilidade do comparecimento do (a) Deputado (a) titular, solicito que seja comunicado ao (a) respectivo (a) suplente.

Brasília, 31 de outubro de 2008.

Angélica Alves Ferreira
Secretária da CAS

Mesa Diretora Gabinete da Mesa Diretora

PORTARIA-GMD Nº 42, DE 31 DE outubro DE 2008

O GABINETE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 4º, inciso X, da Resolução nº 168/2000 e tendo em vista o que consta no Processo nº 001-00187/2008,

RESOLVE:

Autorizar a participação dos servidores, abaixo relacionados, no Curso de Informática Básica, no período de 3 a 19 de novembro de 2008, em Brasília-DF, sem prejuízo de suas remunerações:

Horário: 8h às 12h

Nome	Matrícula
Abrão Mureira da Silva	17.048
Altina Bento da Silva	11.733
Antônia Alves A. Santos	15.922
Arisdeth Lobato dos Santos Rocha	15.464
Bárbara Pereira de Andrade	11.740
Elza Maria Jorge F. Rosa	13.308
Ezequias Antônio Rodrigues	11.428
Hélvia Sobreira	17.335
Leiva Maria de Sousa	11.228
Maria Agulda Figueiredo	16.732
Maria Bezerra de Andrade	11.755
Maria Divina O. da Silva	11.708
Maria Nazaré Brito	15.828
Marisa Perrone Campos	11.867
Raimunda Nonata	11.572
Rosana Barbosa Guedes	12.027
Salomão Pereira de Sousa Filho	16.989
Sônia Maria de Freitas Ribeiro	11.290
Valter Luiz Neris Vasconcelos	17.007
Vânia Maria Araújo da Silva	14.627

Horário: 14h às 18h

Nome	Matrícula
Angélica Alves da C. Marques	16.801
Camilla Rabello de F. C. Jardim	17.651
Edson Charles Vieira do Norte	13.220
Iuna Andrade	13.135
José Alberto Vieira	17.450
José Eustáquio Bitencourt	17.020
José Luiz Bergamaschi	11.352
Maria do Socorro Oliveira	17.024
Marília Dias Arcelino	13.246
Maristela da Costa Marques	11.791

Oscar Rafael Montes Monterrojas	11.236
Pedro Inácio da Silva	11.917
Raimundo N. T. de Carvalho	11.379
Rizeuda Ferreira dos Santos	17.332
Tereza Cristina Boavista Rodrigues	11.325

ARLECIO ALEXANDRE GAZAL
Secretário-Geral/Presidência

JOSÉ WILLEMANN
Secretário-Executivo/Vice-Presidência

EDILAIR DA SILVA SENA
Secretária-Executiva/1ª Secretária Substituta

MARIA ROSALICE DE OLIVEIRA
Secretária-Executiva/2ª Secretária

FERNANDO OZANAN BARBOSA
Secretário-Executivo/3ª Secretária

PORTARIA-GMD Nº 163, DE 31 DE outubro DE 2008

O GABINETE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 4º, inciso X, da Resolução nº 168/2000, e tendo em vista o que consta no Processo nº 001-001021/2008,

RESOLVE:

Autorizar a participação das servidoras Rosa Macedo Bezerra, matrícula nº 12.644, e Tereza Cristina do Nascimento, matrícula nº 11.643, ocupantes do cargo de Auxiliar Legislativo, lotadas no Setor de Lotação e Movimentação de Pessoal, no 18º Encontro Anual de Recursos Humanos do Planalto Central - ENCONTRARH, nos dias 5 e 6 de novembro de 2008, em Brasília - DF, com despesas de inscrição e sem prejuízo de suas remunerações.

ARLECIO ALEXANDRE GAZAL
Secretário-Geral/Presidência

JOSÉ WILLEMANN
Secretário-Executivo/Vice-Presidência

EDILAIR DA SILVA SENA
Secretária-Executiva/1ª Secretária Substituta

MARIA ROSALICE DE OLIVEIRA
Secretária-Executiva/2ª Secretária

FERNANDO OZANAN BARBOSA
Secretário-Executivo/3ª Secretária

ATA DA 34ª REUNIÃO DO GABINETE DA MESA DIRETORA DE 2008

Aos vinte e nove do mês de outubro do ano dois mil e oito, às quinze horas, na sala de reuniões da Presidência, reuniram-se os Membros do Gabinete da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, estando presentes o senhor Arlecio Alexandre Gazal, Secretário-Geral da Presidência, e os senhores José Willemann, Secretário-Executivo da Vice-Presidência; Edilair da Silva SENA, Secretária-Executiva da Primeira Secretária - Substituta; Maria Rosalice de Oliveira, Secretária-Executiva da Segunda Secretária e Fernando Ozanan Barbosa, Secretário-Executivo da Terceira Secretária, para deliberarem sobre os itens a seguir: **1) Verbos Indenizatórios:** Processo nº 001.00190/2008 - Dep. Milton Barbosa. Relatores: Secretários do GMD. **Deliberação:** Aprovado o ressarcimento na forma do parecer apresentado. À DOFC para as providências. **2) Processo nº 001.00931/2008.** Interessado: Ademir Fernandes. Assunto: Bens patrimoniais não encontrados. Relator: Secretário Executivo/Vice-Presidência. **Deliberação:** Ao Secretário-Geral para solicitar ao Sr. Presidente a retificação de seu Ato de nº 282/2008, para isentar o servidor de responsabilidade, uma vez que os bens foram encontrados. **3) Ata de Reunião de Comissão.** Interessado: Membros da Comissão nomeada pela Portaria GMD nº 41, de 25 de abril de 2008. Assunto: Minuta de Portaria que normatiza a elaboração de Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações Previdenciárias - GFPI. Relator: Secretária Executiva/1ª Secretária - Substituta. **Deliberação:** À DRH para elaborar Ato da Mesa Diretora. **4) Memorando Circular nº 018/2008 - CPEO.** Interessado: CPEO. Assunto: Relatório de Avaliação Parcial dos Planos Setoriais. Relator: Secretário-Executivo/Vice-Presidência. **Deliberação:** Exposição da CPEO ao GMD no dia 03/11/2008, às 15 horas. **5) Processo nº 001.000217/2008.** Interessado: Eleusa Pires Gonçalves. Assunto: Requer retorno do abono de R\$ 59,87 do Auxílio Alimentação para a remuneração. Relator: Secretária-Executiva/1ª Secretária - Substituta. **Deliberação:** Aguardar alteração da Resolução 229/2007. **6) Processo nº 001.000520/1994.** Interessado: Adriana Lyrio Vilela. Assunto: Incorporação de parcelas de quintos/décimos. Relator:

Decisões TCDF



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA RESERVADA Nº 619, DE 02 DE OUTUBRO DE 2008

PROCESSO Nº 430/04

RELATOR: Conselheiro ANTONIO RENATO ALVES RAINHA

EMENTA: Estudos determinados pela Decisão nº 6.908/2003 acerca do pagamento da Gratificação de Desempenho de Função Essencial à Prestação Jurisdicional aos ocupantes dos cargos de Consultor Jurídico e Consultor Jurídico Adjunto.

DECISÃO Nº 97/2008

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) das razões de justificativa constantes do documento de fls. 7/45 e seu aditamento às fls. 218/225, e respectivos anexos, considerando-as, no mérito, improcedentes em sua maior parte; b) da instrução de fls. 189/214, complementada pela de fls. 261/279, assim como da cota expositiva do titular da 1ª ICE, às fls. 280/281, e do parecer ministerial de fls. 285/292; c) dos demais documentos anexados às fls. 46/185 e 253-260; II - considerar indevido o pagamento da Gratificação de Desempenho de Função Essencial à Prestação Jurisdicional para os cargos de Consultor Jurídico e Consultor Jurídico Adjunto do Gabinete Civil do Governador do DF, tendo por referência a seguinte motivação: a) por não se tratar de vantagem de natureza subjetiva; b) as disposições da Resolução nº 213, de 15.12.1988, aprovada pelo Senado Federal, com força de lei, que prescreveu a remuneração dos cargos de natureza especial nela previstos composta por vencimento e representação, apenas, além de estabelecer equivalência remuneratória entre o Secretário de Estado e o Consultor Jurídico; c) os comandos constantes dos artigos 2º e 4º da Lei-DF nº 37/1989; III - determinar à Secretaria de Estado de Governo que se abstenha de formalizar qualquer pagamento a título da referida vantagem, adotando as ações corretivas cabíveis, as quais devem ser informadas a esta Corte de Contas no prazo de 30 (trinta) dias da ciência desta decisão, acompanhadas do devido suporte probatório; IV - considerar regular a dispensa de ressarcimento ao erário dos valores percebidos pelos titulares dos cargos indicados no item II, retro, a título de Gratificação de Desempenho de Função Essencial à Prestação Jurisdicional, por incidir, na hipótese ora apreciada, o disposto no item "III.a.5" da Decisão nº 6.806/2007, bem como por se encontrarem presentes os pressupostos que autorizam a medida, quais sejam: a presunção de legitimidade do ato administrativo, o caráter alimentar dos estímulos, a boa-fé de quem percebeu e o que deflui dos princípios da segurança jurídica e da confiança do administrado nos atos da Administração; V - dar ciência do teor desta decisão aos Excelentíssimos Senhores Governador do Distrito Federal, Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Corregedor-Geral e Secretários de Estado de Governo e de Planejamento e Gestão do Distrito Federal; VI - autorizar: a) a 4ª ICE a, em autos apartados, realizar oportuna inspeção com o fim de verificar a correção dos pagamentos feitos a título de retribuição dos cargos de natureza especial porventura equiparados ao Secretário de Estado, bem como dos respectivos fundamentos jurídicos, tendo em vista a recente competência que lhe foi atribuída pela Resolução nº 187/2008 - TCDF; b) a remessa àquela unidade técnica de cópia das principais peças dos autos, a fim de subsidiar os trabalhos a serem desenvolvidos; c) a restituição do feito à 1ª ICE, para os devidos fins. Impedido de atuar nos autos o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO.

Presidência da Sessão: Conselheiro ÁVILA e SILVA. Votaram os Conselheiros JORGE CAETANO, MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA e ANILCEIA MACHADO. Participou o representante do MP/DF DE PROSECUTOR INACIO MAGALHÃES FILHO. Ausentes a Conselheiro MARLI VINHADELI e o Auditor PAIVA MARTINS.

SALA DAS SESSÕES, 02 DE OUTUBRO DE 2008.

LUÍZ ANTONIO RIBEIRO
Secretário das Sessões

PAULO CÉSAR DE ÁVILA e SILVA
Presidente

Comunicados

Câmara Legislativa do Distrito Federal
Coordenadoria de Comunicação Social
Brasília, 11 de março de 2008

Adequação do Plano de Mídia
Vigência 2008

OBSERVAÇÃO INICIAL

Tendo em vista as modificações propostas pelo Tribunal de Contas da União, com o objetivo de tornar mais transparentes as relações entre órgãos contratantes e empresas contratadas, a Câmara Legislativa do Distrito Federal publica a adequação de seu Plano de Mídia, para atender às recomendações do órgão.

Introdução

Mesmo com a adoção de medidas moralizadoras e que vão ao encontro das aspirações da população local, a CLDF ainda enfrenta uma campanha de desestabilização, baseada não necessariamente em objetivos pouco ortodoxos, mas na desinformação, falta de interesse e não observância de regras elementares do bom jornalismo (qual sejam, as de possibilitar o contraditório). O mais democrático dos poderes, o Legislativo, é o que mais se expõe, colocando-se portanto em posição de suposta fragilidade.

Eventos como o enquadramento à Lei de Responsabilidade Fiscal, o fim do nepotismo, do voto secreto, o recorde de votações e a economia no custeio foram pouco abordados pela mídia local.

Também não podemos esquecer o "contágio" provocado por más notícias provenientes do legislativo nacional. Essa diferença, como já observada em pesquisas feitas pela casa, nem sempre é detectável pela população, que confunde deputados federais com distritais, e até com senadores ou parlamentares de outros legislativos estaduais.

A aposta na diversificação dos meios, com o incentivo a anúncios em outros veículos que não os tradicionais, e a ampliação da base dos periódicos que eram atendidos com a verba publicitária da casa, logra êxito que só não foi maior por dificuldades advindas de situações políticas já citadas.

Em 2008:

- Somos cobrados sobre avanços na adequação à LRF e na economia com os gastos da casa
- Temos a relevância da votação do PDOT com substancial atenção dos veículos
- Como avaliado no ano passado, no caso da Câmara Legislativa do Distrito Federal, ainda percebe-se um distanciamento entre a identidade pretendida - da qual são provas os diversos projetos, ações e estratégias da instituição - e a imagem percebida. A equação da comunicação publicitária da Câmara Legislativa do Distrito Federal, portanto, é clara. É preciso aproximar a identidade pretendida e a imagem percebida.

A população não tem acesso às informações positivas pelos veículos tradicionais de comunicação. Nem os alternativos conseguem uma capilaridade que leve esses dados a parcelas mais significativas. Como consequência, podemos ver um recrudescimento na imagem negativa da casa, que muitos prejuízos oferece ao trabalho parlamentar.

Precisamos abusar das campanhas de oportunidade, tão logo projetos relevantes sejam aprovados pela casa, de forma a fazer com que o Legislativo colha os frutos de ações que, tradicionalmente, só dão reconhecimento ao Executivo. Citamos, como exemplo, o enquadramento à LRF que possibilitou os empréstimos internacionais para o Brasília Integrada. Enquanto o GDF colhia os lucros, a imprensa só cobria a discussão sobre os cortes na CLDF.

É fundamental que a população seja informada sobre os trabalhos e convocada a participar do processo democrático. É necessário que a imagem da Casa seja trabalhada, para que o cidadão nela confie e sinta-se parte integrante de sua produção e atuação legislativa, do acompanhamento, controle e avaliação das políticas públicas.

E isto se reflete diretamente na imagem das instituições. Pesquisa sobre credibilidade das instituições realizada pelo Datafolha dá conta de que os partidos políticos estão no último lugar, com nenhuma pontuação (zero), e que instituições como o Congresso Nacional também não vão nada bem.

Câmara mais próxima

A estratégia é de integração da Câmara Legislativa do Distrito Federal com o cidadão e a sociedade do DF, pressupondo para isso debates, reuniões, encontros e uma ampla participação em todos os eventos significativos da vida social do DF. Nada é mais poderoso do que o contato entre pessoas. Entretanto, isso é impossível de ser realizado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal com todos os cidadãos do DF, por isso a estratégia de descentralizar recursos e ampliar a parceria com outros atores sociais de peso (classe artística, esportiva, empresarial, ONGs, entidades classistas etc.).

É preciso utilizar as estratégias e as ferramentas da comunicação social, de forma intencionada, de acordo com a estratégia de aproximação e integração da Instituição com os cidadãos. Assim, cada segmento de público-alvo saberá o que faz a Câmara Legislativa do Distrito Federal, pelos meios mais eficazes de mídia e os melhores rendimentos em comunicação.

Numa realidade em que os recursos de comunicação são limitados, a integração de todas as ações é absolutamente mandatória. Cada esforço publicitário ou promocional deve ser capaz de contribuir para a consolidação de uma mensagem consistente. Um conceito forte, um tema bem definido facilitará o processo. Presente em todas as peças, este tema permeará, e ao mesmo tempo reforçará, cada diferente mensagem, que, por sua vez, deverá estar de alguma forma subordinada à idéia-chave contida no conceito gerado. A idéia é que a casa é da população e que aqui se forma, se molda, se consolida o sentimento de cidadania.

O conteúdo da comunicação publicitária da Câmara Legislativa do Distrito Federal será focado nos conceitos de democracia, representação política, cidadania, inserção social, participação e desenvolvimento social e econômico. A Câmara será mostrada como um organismo comprometido com o destino do cidadão, da comunidade e do Estado; uma Casa ética no trato do interesse e dos recursos públicos; inovadora em sua forma de atuar e se relacionar com o cidadão, já que é uma instituição nova em relação aos demais organismos nacionais de mesma função - as assembleias legislativas estaduais - e, portanto, da qual se esperam atitudes mais arrojadas, transparentes e

sintonizadas com as tendências sociais, econômicas, culturais e tecnológicas contemporâneas.

Mudanças determinadas pelo TCU e novas licitações

A integração dessas ações de divulgação e publicidade devem se adequar a interpretação dada pelo TCU sobre a utilização da verba publicitária. De acordo com o tribunal, as verbas de publicidade ficam restritas a veiculação de anúncios e a produção dos mesmos. Por isso, as demais atividades que fazem parte do conjunto de ações de Comunicação serão motivo de licitações próprias, quais sejam: as de clipping para monitoramento da produção e dos resultados da divulgação, além das notícias veiculadas sobre a CLDF; a de pesquisas, que vão nortear e demonstrar os resultados de nossas ações de comunicação (bem como das ações desenvolvidas pelos parlamentares em suas atividades legislativas) e a de eventos, que vai proporcionar à Casa uma maior aproximação com a população ao firmar parcerias em atividades de lazer, cultura e esporte, de forma a consolidar a casa como parceira na concepção da cidadania.

Outras ações

Imagem e comunicação

- o **Integração com a Ouvidoria** – Acreditamos que o papel do ouvidor é fundamental na reversão da imagem negativa que se formou nos poucos anos de funcionamento da casa. A Ouvidoria é uma porta de acesso para a população na CLDF e deve ter repercussão nas campanhas e políticas da casa, funcionando, em conjunto com as pesquisas como norteador das medidas a serem tomadas e identificador de focos de risco.
- o **Ação institucional direta** – Com base nas pesquisas poderemos incentivar as ações que aproximem a Câmara (a instituição, não apenas os deputados) da sociedade.
- o **Relações Públicas e eventos** – Uma política de aproximação da Câmara Distrital com a cidade pode ser facilmente alcançada a partir da promoção de uma série de eventos que gerem mídia espontânea e sejam trabalhados com a imagem da casa.

Um ponto a explorar são os programas de apresentação do trabalho legislativo a crianças e adolescentes, com a retomada da visita à Câmara dos Deputados, monitoradas pela equipe de relações públicas e com distribuição de material exclusivo – incluindo uma revista em quadrinhos sobre o trabalho dos deputados.

As ações de publicidade da Câmara Legislativa devem ser realizadas como uma grande prestação de contas ao contribuinte, mostrando o que foi feito pelos deputados eleitos e o que tem sido desenvolvido pela atual legislatura. Sugerimos a manutenção do Informe CLDF nos moldes atuais, com ampliação para novos veículos.

O plano de mídia segue uma linha propositiva, com explicações mais detalhadas e profundas sobre os atos dos distritais, ampliando a participação da CLDF na vida da comunidade e transformando o parlamento local em caixa de ressonância e em parceiro no dia a dia da comunidade.

Objetivo

O objetivo é inserir definitivamente a Câmara Legislativa na vida da cidade, fazer com que a Casa e os parlamentares participem de todos os principais eventos, buscando uma publicidade que apresente os deputados distritais como protagonistas dos atos legislativos e de fiscalização do poder executivo.

É preciso, assim, reforçar a participação da casa nos grandes eventos e aumentar a cooperação com entidades sociais e culturais de forma a minimizar os riscos da exposição negativa que pode continuar na mídia tradicional. Na medida em que a comunidade enxergar a CLDF como parceira, ela mesma cobrará uma mudança de postura dos veículos, sobre risco da perda de credibilidade destes.

Linhas de atuação

A criação, divulgação e consolidação da imagem da Câmara Legislativa do DF, incluindo uma marca forte que ajude na identificação imediata das ações da Casa. A marca será desenvolvida de acordo com as linhas de atuação descritas a seguir:

Institucional

- Campanhas voltadas para posicionar favoravelmente a imagem da Câmara Legislativa na sociedade do Distrito Federal, reforçando o papel da instituição no processo de desenvolvimento econômico e social do DF e na própria vida das pessoas. Para isso defendemos a manutenção e a ampliação de campanhas de foco social, como as do Trânsito.
- Patrocínio de eventos e atividades sócio-culturais e esportivas originadas no Distrito Federal ou coerentes com os anseios de sua população.

- Publicação de anúncios com as atividades desenvolvidas na Câmara Legislativa de forma a fazer uma permanente prestação de contas ao eleitor.

Efemérides

- Campanhas e atividades para exaltar ocasiões especiais e para associar-se a manifestações sócio-culturais relevantes para a sociedade brasileira.

Matéria legal

- Publicação obrigatória de atos administrativos em jornais de circulação local e/ou nacional; divulgação de notas de esclarecimento à opinião pública quando a imagem da instituição estiver em risco.

Previsão de despesas

A previsão orçamentária para os serviços de publicidade e propaganda no ano de 2008 é de R\$ 20,5 milhões de reais. Conforme a orientação do Tribunal de Contas da União, e do Tribunal de Contas do DF, as atividades do setor envolvem várias etapas, que devem ser executadas, medidas e avaliadas por diferentes contratações. Assim, à publicidade e propaganda restrita (que se baseia na produção e veiculação do Plano de Comunicação), acrescentam-se as pesquisas de opinião (sobre a imagem da CLDF e também da avaliação da população sobre os temas em discussão na casa), a repercussão das iniciativas referidas (por meio do monitoramento do Clipping) e com a realização e participação em eventos onde além de entrar em contato forma e informal com a comunidade, a CLDF dará sua contribuição para a promoção de atividades sociais, esportivas, de lazer e culturais no Distrito federal.

Os recursos de publicidade e propaganda restrita (R\$ 10,5 milhões) estão distribuídos segundo os parâmetros abaixo discriminados:

1. Produção de peças publicitárias como filmes, spots, documentários, anúncios para a mídia impressa, painéis, outdoors, busdoors, táxidoors, frontlights, banners, cartazes, folders, folhetos, malas diretas, material de stands e exposições e outros necessários à veiculação de campanhas institucionais. Despesa estimada: R\$ 3,6 milhões (22%).
2. Veiculação nas mídias televisiva, radiofônica, impressa, mídia web, externa e outras para o desenvolvimento de campanhas institucionais. Despesa estimada: R\$ 6,375 milhões (73%).
3. Como é sabido a execução do Plano de Mídia é dinâmica, não podendo a mesma ser tratada como ciência exata, sendo de boa técnica prever-se margem de ajuste para os itens acima, a serem procedidos conforme necessidades que surgirem para o regular e exato cumprimento do presente plano, cuja despesa é estimada em R\$ 525 mil (5%).

Os demais R\$ 10 milhões serão utilizados, conforme descrito acima, nas demais atividades previstas no plano de comunicação, atendendo às considerações do TCDF e TCU.

a) Clipping

Acompanhamento e monitoramento dos órgãos de imprensa escrita, TV, rádio e WEB. Valor do contrato anual (R\$ 1 milhão)

b) Pesquisa

Elaboração de questionários durante um ano, para consulta à população do DF sobre projetos em tramitação, problemas do DF e imagem da CLDF. Orçamento previsto (R\$ 1 milhão)

c) Eventos

Patrocínio, e organização de eventos dentro de um calendário de efemérides que será aprovado pela Comunicação da Casa, após consulta a Mesa Diretora e ao Cerimonial. Objetivo é promover a integração da CLDF com a comunidade, por meio de parcerias e apoios a eventos artísticos, culturais, sociais e esportivos, que tenham relevância e contribuam para o desenvolvimento sócio-econômico do DF. Orçamento previsto: R\$ 8 milhões

Ações de mídia espontânea

Reiteramos as sugestões apresentadas no Plano de 2007, entendendo que a não conclusão da nova sede foi um dos motivos para o não atendimento de nossas pretensões, que são:

- a) Abertura de mais espaço para os repórteres que cobrem a casa, inclusive liberando estações de computadores ligados à Internet numa Sala de Imprensa que pode ser aberta na sala que era ocupada pela TV Distrital, atualmente cedida às Comissões Temporárias, para que eles possam ter um local de trabalho na Casa, o que não acontece hoje;
- b) Integração física da editoria de fotografia da Câmara Legislativa à Coordenação de Comunicação Social;

Televisão

É fundamental a instalação de um estúdio para a produção de programas para a TV Distrital, que hoje tem poucos recursos além das transmissões ao vivo – programas só podem ser gravados quando há horário disponível no auditório da Casa. A nova licitação para a contratação de empresa prestadora de serviços de TV para a Casa prevê a instalação ou a colocará à disposição tal estúdio. Além disso, o novo processo licitatório está corrigindo uma distorção que era o fornecimento pela casa das fitas para a responsável pela produção. Agora, tais fitas serão fornecidas pela vencedora do certame, que se comprometerá ainda a fornecer o material gravado em DVD para ao arquivo da casa. Para isso, sugerimos que tal arquivamento seja feito pela Biblioteca.

Ações de publicidade (mídia paga)

Jornais

- Publicação periódica das principais ações da Câmara, no formato de prestação de contas da atuação parlamentar.

Rádios

- Criação de programa diário de um minuto para exibição em emissora a ser definida, com o trabalho realizado pelos parlamentares na Câmara Legislativa.
- Criação de textos a serem lidos nas emissoras mais populares pelos locutores mais conhecidos, exaltando o trabalho da Câmara, reforçando a imagem institucional.

Televisão

- Distribuição de release produzido pela TV Distrital, com os principais assuntos do dia.

Revistas e painéis

- Criação de peças com mensagens da Câmara para veiculação em revistas mensais e painéis sobre a participação dos parlamentares e da Casa nos assuntos que interessam de perto ao cidadão.

Site

As matérias de comunicação social serão inseridas no site da Câmara Legislativa na forma estruturada no Projeto do Portal, elaborado de forma conjunta pela Coordenadoria de Comunicação Social e Coordenadoria de Modernização e Informática. Elas são dedicadas aos formadores de opinião – jornalistas principalmente – e com material de consumo imediato – textos, fotos e gravações em áudio e vídeo dos parlamentares –, ao passo que o site institucional deve conter material mais perene, como os perfis dos deputados e o histórico do legislativo local.

Para funcionar com um mínimo de qualidade precisamos contratar um provedor externo que nos livre da falta de espaço (memória) para trabalhar. Não é caro. Mas há outros problemas:

1. Não há mecanismo de busca para as matérias já feitas.
2. Não há como instalar links internos, por exemplo, dirigindo o leitor ao gabinete dos deputados.
3. Não há como instalar links comunicantes para que uma memória rápida esteja disponível para o leitor.
4. Não há como se fazer uma nova edição ou correção das notícias já liberadas.
5. Precisamos abrir o número de páginas no site. O ideal é manter páginas permanentes com temas específicos, incluindo a História Política do DF, que tem seus textos prontos, faltando apenas a edição.
6. Falta arquivo e indexação de imagens.
7. Não há como saber o número de pessoas que acessam o site da CL.

Soluções

1. o site da comunicação social, com textos, fotos e gravações para divulgação das ações diárias dos parlamentares.
2. o site interno, com assuntos exclusivos dos servidores.

Classificação dos meios de comunicação

Foram mantidos os critérios para orientar a distribuição da publicidade paga na imprensa alternativa, incluindo um prévio cadastramento, para evitar a dispersão dos recursos e garantir a manutenção dos gastos dentro do orçamento previsto.

Só são considerados veículos com prova de registro junto a Junta Comercial, no caso de empresa individual, ou prova do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de empresa comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores e, no caso de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

Para habilitação do veículo, exige-se:

- Cópia do contrato social.
- Cópia do cartão de CGC.
- Cópia do documento de identificação fiscal.
- Cópia das três últimas Notas Fiscais de impressão (com carimbo de recibo).
- Original das cinco últimas edições distribuídas.
- Cópia da Carteira de Identidade Profissional (atualizada) ou do Registro do Profissional do Ministério do Trabalho do Jornalista responsável.
- Preenchimento de ficha cadastral.
- Comprovação de regularidade fiscal junto ao Governo do Distrito Federal, Seguridade Social e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

São os seguintes os critérios de avaliação:

1. Pré-requisito

Registro ou inscrição do jornalista responsável na entidade profissional competente (Delegacia Regional do Trabalho ou Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF).

2. Tempo de Existência

0,5 ponto para cada ano de constituição da empresa. Pontuação máxima para 4 anos, perfazendo total de 2 pontos.

3. Periodicidade

1 ponto para cada ano de periodicidade contínua comprovada. Pontuação máxima para 5 anos, perfazendo total de 5 pontos.

4. Tiragem

1 ponto para cada 3 mil exemplares distribuídos regularmente e comprovados por meio de nota fiscal da empresa gráfica. Pontuação máxima para 15 mil exemplares, perfazendo total de 5 pontos.

5. Número de páginas

0,5 ponto para edições com no mínimo 8 páginas Standard ou 16 páginas tablóide. Pontuação máxima de 0,5 ponto.

6. Anunciantes da iniciativa privada

1 ponto para cada grupo completo de 5 anunciantes. Pontuação máxima de 2 grupos, perfazendo 2 pontos.

Licitações

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo: 001.000.941/2008; Favorecido: SENAI SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL; Valor: R\$ 820,00 (oitocentos e vinte reais); Objeto: Atender despesa com inscrição de servidor no curso de Web Design, no período de 05 de novembro de 2008 a 20 de janeiro de 2008, em Brasília-DF; Amparo Legal: art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93; Autorização da Despesa: em 30/10/2008, pelo ordenador de despesas, Arlécio Alexandre Gazal; Ratificação: em 31/10/2008, pelo Deputado Alirio Neto, Presidente da CLDF.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo: 001.000.1021/2008; Favorecido: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECURSOS HUMANOS SEC. DO DF; Valor: R\$ 2.080,00 (Dois Mil e Oitenta Reais); Objeto: Capacitação de Recursos Humanos; Amparo Legal: art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93; Autorização da Despesa: em 31/10/2008, pelo ordenador de despesas, Arlécio Alexandre Gazal; Ratificação: em 31/10/2008, pelo Deputado Alirio Neto, Presidente da CLDF.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2008

A Pregoeira da Câmara Legislativa do Distrito Federal comunica aos interessados que o resultado do julgamento do pregão supracitado, processo nº 001-000.820/2008-CLDF, que tem por objeto a contratação de suporte técnico ao sistema gerenciador de banco de dados (SGBD) Informix e o informix exalibur datblade para Câmara Legislativa do Distrito Federal, conforme condições, quantidades e especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital encontra-se disponibilizado no endereço eletrônico www.cl.df.gov.br e afixado no quadro de avisos da CPL/CLDF, localizada no SAIN, Parque Rural, Ed. Sede da CLDF, sala A-03, CEP 70.086-900, Brasília-DF. Maiores informações no local, pelo telefone (61) 3348.8650 ou fax (61) 3348.8651.

Brasília-DF, 30 de outubro de 2008.

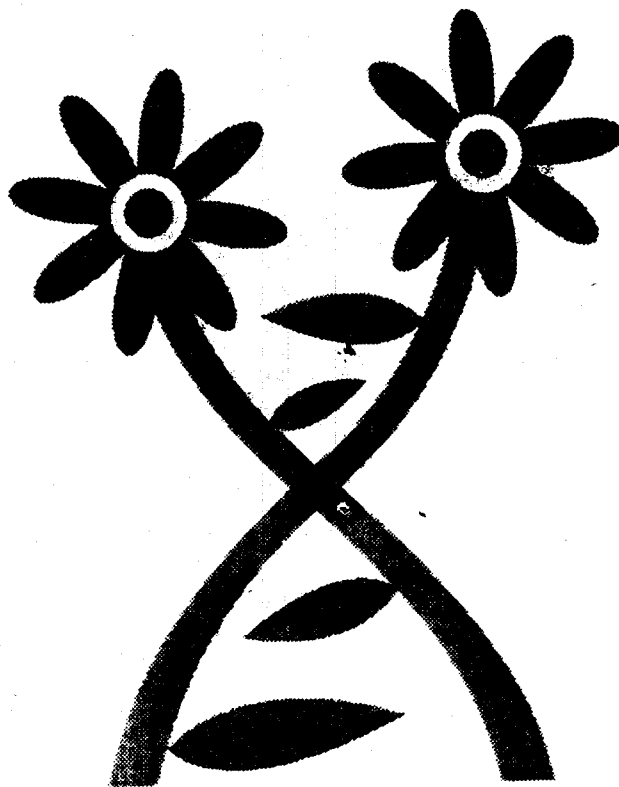
Lúcia de Carvalho

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISOS DE JULGAMENTO – SESSÃO DESERTA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2008

A Pregoeira da Câmara Legislativa do Distrito Federal comunica aos interessados que o resultado do julgamento do pregão supracitado, processo nº 001-000.688/2008-CLDF, que tem por objeto a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de verificação da subestação elétrica** da Câmara Legislativa do Distrito Federal, conforme condições, quantidades e especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital, restou SESSÃO DESERTA, encontra-se disponibilizado no endereço eletrônico www.cl.df.gov.br e afixado no quadro de avisos da CPL/CLDF, localizada no SAIN, Parque Rural, Ed. Sede da CLDF, sala A-03, CEP 70.086-900, Brasília-DF. Maiores informações no local, pelo telefone (61) 3348.8650 ou fax (61) 3348.8651.

Brasília-DF, 31 de outubro de 2008.

Lúcia de Carvalho
Pregoeira



**CÉLULAS-TRONCO
ESPERANÇA**

DCL

**Ler o jornal que publica diariamente
nossas leis é exercer a Cidadania**

Câmara Legislativa do Distrito Federal
Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica

Você quer se comunicar com a Câmara Legislativa?



Este é mais um canal de comunicação entre o Poder
Legislativo do Distrito
Federal e o cidadão.

Através deste canal, o cidadão poderá fazer
reclamações, denúncias, críticas, elogios,
sugestões e avaliar ações ou
omissões do parlamento.

0800-642-0009

E-mail

ouvidoria@cl.df.gov.br